

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

III SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP

DESTECENDO TEIAS: O PCC E SUAS RELAÇÕES COM A POPULAÇÃO DE UM BAIRRO DA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Marleide Lourenço da Silva¹ (mloursi@yahoo.com.br)
Profa. Dra. Sonia Nussenzweig Hotimsky² (sonianhotimsky@uol.com.br)

Resumo: Esta pesquisa etnográfica, realizada num bairro da periferia da Grande São Paulo, busca compreender como se processa a inserção do Primeiro Comando da Capital (PCC) em um bairro da periferia e as relações estabelecidas entre seus membros e os moradores. Para execução do trabalho, além de participação observante e entrevistas semi-estruturadas com moradores realizadas entre dezembro/2013 e maio/2014, foram utilizados dados recolhidos no bairro em pesquisas anteriores realizadas no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2013. No bairro pesquisado a inserção do PCC ocorreu de forma gradativa, por meio de moradores que já pertenciam ao “mundo do crime” e que, nas prisões, passaram a integrar o Comando. No entanto, a existência do PCC no bairro é produzida continuamente, por “irmãos”, “primos” ou mesmo por moradores que não pertencem ao ‘mundo do crime’. Conforme destaca Biondi (2009), o PCC, não se restringe à soma de seus membros e sua existência não está vinculada a territórios específicos. Ele é construído continuamente e operado nas relações estabelecidas. Ao mesmo tempo em que o PCC produz relações, intensifica a sua própria construção. Assim também, a chamada disciplina do PCC não seria algo estático e mesmo a forma de interpretar o estatuto se altera, se adequa ao tempo e a realidade vivida através de decisões por consenso emitidas por meio dos “salves” ou dos “debates”. Verifica-se que gestão da população do bairro pesquisado se dá não apenas por parte do governo, mas também pelo “mundo do crime” através do PCC.

Palavras-chave: PCC; periferia, crime.

¹ Acadêmica do Curso de Sociologia e Política da FESPSP, bolsista PIBIC-FESPSP.

² Professora do Curso de Sociologia e Política da FESPSP, orientadora da pesquisa.

1. Introdução

O Primeiro Comando da Capital (PCC)³, após se tornar o grupo hegemônico no sistema prisional em São Paulo, passou a buscar maior espaço e atuação fora das prisões, principalmente nas regiões urbanas do Estado, se espalhando pelas periferias da Região Metropolitana da Capital.

Segundo Hirata (2010) a expansão do PCC fora das prisões ocorreu de maneiras diferentes, segundo cada configuração territorial e de acordo com a história social do crime em cada lugar. A maneira pela qual o Comando entra em um território contribui muito para o entendimento sobre como a relação com seus moradores irá se desenvolver.

Para Feltran (2010, 2012), as relações que o Comando estabelece com a população das periferias urbanas, são de grande relevância para manutenção de sua hegemonia como regulador do “mundo do crime⁴” no Estado de São Paulo, uma vez que são elas que auxiliam a produzir sua força, inclusive como mediador político de conflitos.

O PCC, atualmente, tem funcionado como referência para moradores da periferia e sua ética e normas têm sido reconhecidas e legitimadas por parcela da comunidade. Este apoio parece aumentar a cada dia. Cada vez mais pessoas não ligadas ao Comando e que não pertencem ao “*mundo do crime*” recorrem a ele para a solução de seus problemas e reproduzem seu vocabulário e valores. Considero que compreender a forma que se estabelecem as relações do Primeiro Comando da Capital com a população da periferia pode auxiliar no entendimento de como um grupo nascido no sistema prisional, tem se tornado uma organização fundante de padrões sociais, políticos e de justiça junto à periferia.

O objetivo desta pesquisa etnográfica, desenvolvida através do Programa de Iniciação Científica da FESPSP, num bairro da periferia da Grande São Paulo, foi buscar apreender como se processou a inserção do Comando no bairro e quais as relações estabelecidas por seus membros com os moradores locais.

2. Métodos e Técnicas de Pesquisa

Para realização da presente pesquisa foi utilizado o método etnográfico, mais especificamente a proposta etnográfica de “participação observante” utilizada por Wacquant (2002) para demarcar um deslocamento metodológico diante da clássica “observação participante”, oriundas das pesquisas etnográficas. Wacquant salienta que a diferença

³ Farei referência ao Primeiro Comando da Capital também como “Partido” e “Comando” nomes pelos quais a facção também é denominada por seus integrantes.

⁴ Utilizo a expressão “mundo do crime” tal como formulada por Feltran (2008, p.31) que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos.

central está no fato de a “participação observante” ter uma maior intervenção, uma experimentação do pesquisador com a prática cultural que ele está investigando.

Foram realizadas nove entrevistas semi-estruturadas com moradores. O roteiro de entrevista utilizado não fez qualquer menção ao Comando e este não foi citado, num primeiro momento, aos entrevistados, a fim de verificar se ocorreria referência ao PCC de forma espontânea. Após a menção, os entrevistados foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa. Este esclarecimento gerou reações como distanciamento; recomendações de cuidado, tanto pessoal quanto com as informações colhidas e ameaças veladas. Após serem informados, poucos falaram abertamente sobre os “irmãos” – membros batizados do PCC – e/ou suas atividades.

Para definição dos entrevistados foi utilizada busca ativa a partir de vínculos estabelecidos; a técnica de “snowball”; alguns entrevistados foram definidos por conveniência; e, outros se prontificaram a participar da pesquisa ao terem conhecimento de que estava sendo realizado trabalho sobre o bairro.

A base deste trabalho são as relações de meus interlocutores com o bairro e para o entendimento destas relações, utilizei informações colhidas em nove entrevistas com moradores, conversas e observações realizadas em campo no período de agosto 2013 a maio de 2014 durante o projeto de iniciação científica, bem como informações colhidas em pesquisas anteriores realizadas por mim no bairro. Como todas estas relações são o alicerce deste trabalho, fruto da confiança estabelecida entre a pesquisadora e seus interlocutores, por respeito a estes e, por questão de segurança, os nomes utilizados são fictícios.

3 - O PCC – Breve histórico

Para Biondi (2009) não é possível estabelecer com exatidão quando e como surgiu o PCC. Embora haja várias versões para sua criação, a que se estabeleceu como verdadeira foi a registrada por Jozino (2005), segundo a qual o Comando nasceu em agosto de 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Este presídio, a época, era o de maior segurança do estado de São Paulo, dirigido por José Ismael Pedrosa, que foi diretor da Casa de Detenção do Carandiru, em 1992, quando ocorreu a chacina que resultou na morte de 111 presos. Segundo o autor, num jogo de futebol entre o “Comando Caipira”, equipe formada por internos provenientes do interior do estado, e o “Comando da Capital”, constituído por presos oriundos de São Paulo, ocorreu uma briga entre as equipes que levou a morte de dois integrantes do Comando Caipira e, temendo represarias como as ocorridas

no Carandiru, a equipe do PCC⁵ fez um acordo de autoproteção, pactuando que a punição de um dos membros levaria a reação de toda a equipe.

Segundo Jozino (2005) o Anexo da Casa de Custódia possuía um regime disciplinar extremamente rigoroso. Suas celas eram individuais, os internos ficavam ao ar livre apenas duas horas por dia; era proibido o uso de rádio e televisão, assim como o acesso a jornais, revistas, livros e também a realização de visitas íntimas. A limpeza dos banheiros das celas só era permitida quando o ar já era irrespirável, as refeições tinham baratas vivas e, caso alguém protestasse, era agredido com barras de ferro.

Foi a partir deste ambiente, que a ideologia criada pelo grupo, difundiu-se pelo sistema prisional por meio da transferência de seus membros para outras unidades. Geleirão, Cesinha e Miza dirigiram as primeiras ações do PCC e elaboram o estatuto da organização que ao final afirma: "Conhecemos nossa força e a de nossos inimigos. Eles são poderosos, mas estamos preparados, unidos; e um povo unido jamais será vencido. Liberdade, justiça e paz!"⁶.

Conforme se verifica em autores como Biondi (2009); Marques (2010); Biondi e Marques, (2010) e Dias (2011), no início da década de 2000, o Comando passou por mudanças profundas. Nesta época, Geleirão e Cesinha, únicos fundadores vivos, aumentaram as diferenças hierárquicas dentro do PCC, se autoproclamaram generais e passaram a usar o PCC em proveito próprio, ao mesmo tempo em que dominavam os presos por meio de violência. A liderança era piramidal e só eles davam as ordens e tomavam as decisões.

Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola) encontrava-se preso no Anexo da Casa de Custódia quando o PCC foi criado, tendo sido batizado como *membro do PCC* – “irmão” - por Cesinha (JOZINO, 2005). Após fugir do sistema foi recapturado em 1999 e, ao voltar, mostrou-se contrário à forma como o PCC estava sendo comandado, questionando a situação vigente. E em 2002, insurgiu-se contra a exploração realizada por Geleirão e Cesinha. Segundo suas palavras: eles “[...] foram escorraçados – é a palavra – pelo sistema penitenciário...” (MARQUES, 2010, p.322). Porém, ainda segundo Marques e Jozino (2005), o assassinato da ex-esposa de Marcola, a advogada Ana Maria Olivatto, supostamente, a mando da esposa de Cesinha, teria influenciado sua decisão.

Podemos constatar como Marcola, considerado o líder do PCC pelas autoridades, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas, em 2006, define a fundação do Partido e os acontecimentos de 2002:

⁵ A equipe do PCC era formada por Miza (Mizael Aparecido da Silva), Geleirão (José Márcio Felício), Cesinha (César Augusto Roriz da Silva), Cara Gorda (Wander Eduardo Ferreira, Paixão (Antonio Carlos Roberto da Paixão), Esquisito (Isaias Moreira do Nascimento), Dafé (Ademar dos Santos) e Bicho Feio (Antonio Carlos dos Santos), os fundadores do PCC.

⁶ Transcrito de um “Estatuto do PCC” que tive em mãos em pesquisa realizada em 2011.

[...] o diretor do Carandiru foi para Taubaté, e lá ele impôs a mesma lei de espancamento. Então, quer dizer, juntou a situação do Carandiru com a de Taubaté, deu o PCC. [...] Quando retornei já existia uma organização dentro do sistema penitenciário, só que era uma organização contra o preso, ela tinha fugido totalmente da ideologia que era aquela coisa de conscientização, de melhorar [...] as pessoas ligadas a essa liderança se embriagaram com esse sucesso todo. [...] acabaram cometendo atrocidades pior do que aquelas que eles vieram para coibir. [...] É, muito abuso de poder. Eram 80 presos, 90 presos assassinados por ano. (MARQUES, 2010, p.322)

Após expulsão dos antigos líderes, Marcola assumiu a liderança a pedido dos “irmãos” e, pouco tempo depois, efetuou profunda reformulação no Comando, acabando com o sistema piramidal e dividindo a liderança com todos os “irmãos”, partindo do princípio de que todos eram iguais e, sendo iguais, não precisavam de um líder. (MARQUES, 2010).

Para Biondi (2009) e Biondi e Marques (2010), o princípio de “igualdade” acrescentado ao antigo lema (paz, justiça e liberdade), além de marcar a diferença entre o período anterior, evita que a “desigualdade” volte a se desenvolver dentro do Comando. Após esta mudança o PCC imprimiu importantes alterações no interior das unidades prisionais nos quais está presente: através de consensos, foi proibido o estupro, o uso de palavrões e palavras agressivas entre os presos, o consumo de crack e o porte de facas. Todas as disputas e conflitos passaram a ser mediados por “irmãos” do PCC que ocupam a posição de “piloto”. Biondi (2009) e Marques (2010), se referem a função de “piloto” como uma posição política ocupada por “irmão” do PCC. Biondi (Idem) destaca que esta posição é ocupada de forma transitória e independe de seus ocupantes. Já para Dias (2009, 2011), “piloto” e “disciplina”⁷ ou “palavra” são posições de liderança do PCC em unidades prisionais ou bairros dominados pelo Comando. Para a autora, trata-se de uma autoridade máxima que tem a função de manter o controle e disciplina local, de acordo com as regras do PCC (DIAS, 2009 e 2011).

Segundo Biondi (2009), com a inclusão da “igualdade” certa tensão passou a atravessar não apenas a política, mas a própria existência do Partido, podendo ser entendida como revolução, uma vez que desfez as estruturas hierárquicas existentes e deu início a criação de um Comando entre iguais. Com a inclusão da “igualdade”, a legitimidade do exercício político de um “irmão” passou a ser decorrente do respeito dos demais a sua capacidade de negociação e não de uma posição hierárquica. Assim, pode-se considerar que a maior mudança ocorrida no PCC foi à inserção do discurso de democratização e a descentralização do poder que institui um processo decisório onde todos, “irmãos” e companheiros, participam. (BIONDI, 2009; BIONDI E MARQUES, 2010). É fato que com a

⁷ Ao longo do trabalho, ao me referir ao representante do PCC que atua no bairro, utilizarei o termo *disciplina*, não por concordar com a posição de Dias, mas por ser este o termo utilizado pelos moradores para designar o irmão do PCC que atua como representante local dos ideais do Comando. Durante a pesquisa não constatei ou ouvi relatos que demonstrem que o disciplina atue como autoridade máxima local. Do mesmo modo, a presença do Comando no bairro não significa que este território esteja dominado pelo PCC.

“disciplina”⁸ do Partido e os “debates”⁹ mediados por “irmãos”, os conflitos dentro dos presídios do PCC deixaram de ser letais, contribuindo para a “paz” entre a população carcerária e diminuição do número de mortes dentro do sistema (BIONDI, 2009; MARQUES, 2010; DIAS, 2011).

Dias (2009, 2011) em sua pesquisa acerca do Comando, realizou entrevistas com presos de unidades prisionais sob a disciplina do PCC, com membros excluídos do Partido, com internos de prisões de oposição – que abrigam detentos que não podem permanecer em prisões do Partido. Além disso, efetuou extensas conversas com diretores, funcionários e autoridades como Nagashi Furukawa, que comandou a Secretaria de Administração Penitenciária por cerca de seis anos e se demitiu após o episódio que ficou conhecido como “Ataques do PCC”¹⁰. Para a autora, a hegemonia do PCC no controle da violência física dentro das prisões, aumentou as diferenças de poder entre os presos e as posições sociais no interior do sistema prisional. A “paz” do Comando seria obtida por meio de um consenso imposto, onde não pode haver divergência ou discussões, o que amplia as diferenças ao invés de promover a “igualdade”. Assim, o estatuto da “igualdade” seria apenas uma ideologia que dissimula o caráter hierarquizado e autoritário do PCC que trocou a organização piramidal por uma estrutura semelhante ao modelo celular onde há hierarquia de fato, uma estrutura que conta com uma cúpula no centro e vários níveis intermediários que dividem o poder nas regiões e respondem aos líderes. Para a autora, o principal objetivo desta mudança é dificultar as investigações sobre as atividades e recursos da organização.

Biondi (2009) que fez uma etnografia sobre o PCC no interior do sistema, no papel de “pesquisadora-visita”¹¹, aborda a lógica de ação do Partido, seu funcionamento e sua estrutura sob o ponto de vista do nativo, neste caso, os membros do PCC. Segundo a autora, o PCC passou por grande transformação, a partir da instauração, por Marcola, do instituto da “igualdade”, tornando-se um coletivo com liderança diluída que permitiu ao Comando tornar-se um grupo não hierárquico, um coletivo sem liderança que contribuiu decisivamente para a pacificação dos conflitos entre presos no interior das prisões. Através de Biondi podemos acompanhar o processo de transformação de um preso em “irmão” nos Centros de Detenção Provisória (CDPs) que funcionam como “faculdades” onde os novos internos aprendem a ter “proceder”¹² e constroem suas reputações.

⁸ Normas de conduta recomendadas pelo PCC.

⁹ “Debate” é a realização de uma discussão, mediada por membros do PCC com o intuito de resolver um conflito, um litígio.

¹⁰ Em maio de 2006, o PCC realizou uma megarebelião que envolveu 84 instituições penitenciárias e que resultou em 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus queimados, 17 agências bancárias atacadas e 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos.

¹¹ Biondi efetuou sua pesquisa como visita de seu marido que se encontrava preso aguardando julgamento.

¹² De acordo com MARQUES: “ter atitude”, “ser pedreira” “ser cabuloso”, “ser sujeito homem”. Seguir o comportamento esperado pelo mundo do crime, por meio do qual será avaliado.

O princípio de “*igualdade*”, segundo a autora, procura suprimir as diferenças entre os presos, porém tornar-se “irmão” implica em uma diferenciação da capacidade e habilidade política do detento que costuma ser desenvolvida ao longo de seu tempo na prisão. Biondi (2009, p.121), referenciada em Marques, esclarece que, na prisão, local de disputas por objetivos públicos, a produção do PCC é norteadada por projeto que orienta a “*paz entre os ladrões*” e a “*guerra contra o Estado*”. Para execução deste projeto, o acaso e o imprevisto movidos pela vontade (disposição e apetite) são pontos fundamentais nas estratégias seguidas pelos “irmãos”, o que contradiz a suposta rigidez e inflexibilidade muitas vezes colocadas como características da disciplina Comando. Biondi salienta que as ações desenvolvidas pelo “irmão” a partir de sua vontade, só podem ser entendidas por meio da constituição de uma transcendência, de um PCC como uma força superior. Assim, o Comando teria uma existência independente de seus membros, apesar desta ser alimentada pela atuação dos “irmãos” que, se consideram, responsável pelo Comando. É por meio do PCC transcendência, que o coletivo pode estar presente mesmo onde não estão seus membros, pois tudo se passa como se uma força não identificável e não localizável fosse responsável pela tarefa específica de conduzir o modo de operação ou de exercício dos poderes que circulam dentro do Comando, onde seus membros e seu território funcionam como meios e não como fins, pois, ao mesmo tempo em que são produzidos, produzem o PCC. Meus achados, como veremos adiante, apontam para um PCC mais condizente com o definido por Biondi (2009) do que o colocado por Dias.

Autores como Feltran (2007, 2008, 2009, 2010, 2012); Hirata (2010) e Telles (2010) demonstram que o PCC tem ampliado seu domínio na periferia, aprofundado sua relação com a população destes locais e que sua ideologia e normas têm sido reconhecidas e legitimadas por parcela desta população.

Segundo Feltran (2010, 2012) o PCC tem influenciado de forma efetiva na redução de homicídios no Estado de São Paulo, reduzindo drasticamente, principalmente, a morte de jovens moradores destes espaços. Atuando, juntamente com o Estado, na gestão da vida da população nas periferias urbanas.

4 - O bairro

4.1 - Apresentação

O distrito ao qual pertence o bairro pesquisado localiza-se na Grande São Paulo e possui uma grande quantidade de favelas. O bairro cresceu sem qualquer planejamento e, mesmo hoje, a situação imobiliária de grande parte de seus moradores encontra-se irregular devido a grilagem ou por ser fruto de invasão de terras.

A origem e o desenvolvimento do bairro obedeceram à dinâmica de expansão de São Paulo. Os trabalhadores, banidos das áreas mais visadas pelo mercado imobiliário, buscaram as periferias, as margens do espaço da cidade. Os que detinham melhores condições financiaram pequenos lotes e, por meio da autoconstrução, ergueram suas casas, outros foram para as favelas. Esta característica de autoconstrução perdura até hoje no local. No entanto, o bairro conta também com residências que correspondem a um padrão de camadas médias, normalmente, pertencentes a pessoas que empreenderam na área comercial.

No distrito há pouquíssimos postos de trabalho na área industrial. Os moradores inseridos no mercado formal atuam, principalmente, nas áreas de comércio e serviços. O bairro não dispõe de nenhum equipamento público de lazer ou cultura. Seus moradores necessitam buscar equipamentos nos bairros e cidades vizinhas. Não há cinema, teatro, clube ou quaisquer locais públicos onde moradores, especialmente os jovens, possam se reunir e participar de atividades esportivas, culturais ou de lazer. Desde 2010, há a promessa de inaugurar um parque no local, porém este espaço encontra-se abandonado. Este abandono, além de privar a população de uma área de lazer importante e necessária à região, acarreta outros problemas: usuários de crack o têm usado para consumo da droga e, segundo informações que circulam pelo bairro, a polícia e pessoas do “*mundo do crime*” utilizam o parque e seu entorno para torturar e mesmo executar seus desafetos.

Atualmente, o bairro conta com asfalto e serviço de esgoto, mas até 2012, os moradores de uma pequena faixa ainda conviviam com esgoto a céu aberto. Nos finais de semana, as ruas estão sempre cheias de jovens conversando em grupos, ouvindo funk em carros equipados com potentes sistemas de som. O “proibidão” – estilo que exalta o mundo do crime e organizações como o PCC, junto com o funk “ostentação” – que faz apologia ao consumo de itens de grifes, embalam os encontros dos jovens deste bairro da periferia.

Feltran (2007, 2008, 2011) chama a atenção para o fato das transformações ocorridas nas relações e no mercado de trabalho terem impactado profundamente os moradores da periferia e seu projeto de vida. A exigência de maior qualificação do operário decorrente do toyotismo levou ao aumento do desemprego e forçou os trabalhadores a buscar formas alternativas de trabalho. Nesta pesquisa a inserção dos entrevistados no mundo do trabalho demonstra que estes impactos ainda incidem sobre os moradores do bairro.

Para esta pesquisa foram entrevistados 5 homens e 4 mulheres, com idades entre 20 e 65 anos. Destes 5 possuíam ensino médio completo, 3 tinham ensino fundamental completo e 1 tinha ensino fundamental incompleto. Apenas um tinha emprego formal. Três eram aposentados, quatro realizavam trabalho informal e um encontrava-se desempregado. Mesmo aqueles que se declararam

aposentados, alcançaram esta condição contribuindo com a Previdência Social como autônomos, pois durante sua vida ativa eram trabalhadores informais.

Diante da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, dos baixos salários oferecidos a trabalhadores não qualificados e da precariedade das situações de trabalho, parte dos moradores buscam alternativas para ganhar a vida. Estas alternativas estão estampadas em cada detalhe do bairro: são inúmeros pequenos comércios improvisados, diversos bares, pequenas oficinas de costura, barracas montadas nas ruas ou em frente às residências, coleta e compra de material reciclável, venda materiais de limpeza produzidos em casa, doces, salgados, serviços de pedreiro, eletricitista, retirada de entulhos, dentre outros. Estas alternativas também estão presentes nas conversas entre os moradores que divulgam que possuem produtos mais baratos para venda. Dentre estes produtos estão perfumes, cosméticos e roupas oriundas do comércio popular no bairro do Brás e da Rua 25 de março ou mesmo de ações ilícitas.

Percebe-se no cenário do bairro a existência do “*mundo do crime*”, seja no movimento dos rapazes que atuam nas “*biqueiras*”¹³, seja no movimento de compra e venda de mercadorias roubadas. Os produtos oriundos de crimes são oferecidos apenas aos mais próximos, aqueles em quem se deposita relativa confiança. Fonseca (2000) em sua pesquisa relata que dono de venda, do bairro em que pesquisava, complementava seu rendimento comercializando drogas e mercadorias roubadas e que, mesmo “*cidadãos honestos*”, adquiriam produtos de origem duvidosa, mostrando que a falta de limites marcados entre o legal e o ilegal também fazia parte do universo por ela pesquisado.

Segundo Feltran (2008, 2011), “*mundo do crime*” passa a se mostrar como uma das atividades melhor remuneradas disponíveis para os jovens das periferias. Em pesquisa que realizei, no primeiro semestre 2013, com jovens que atuavam no tráfico de drogas do bairro, verifiquei que estes chegavam a ganhar R\$ 4.500,00 mensais, porém este ganho estava associado ao risco de ser detido e aumentar o número de presos por tráfico de drogas ou mortos. Apesar dos riscos, havia diversos jovens que rondavam a biqueira aguardando uma oportunidade de fazer parte do negócio.

O bairro nos faz lembrar a metáfora de “*bazar metropolitano*” utilizada por Telles e Hirata (2007, 2010), ao analisar, no cenário urbano, uma zona cinzenta que se amplia e torna incertas e indefinidas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, saídas de sobrevivência e atividades ilegais, clandestinas ou delituosas. O termo “*sobreviver na adversidade*” utilizada pelos autores, que não quer dizer simplesmente buscar formas de sobrevivência, mas saber caminhar entre estas diversas fronteiras, define perfeitamente a vida dos moradores do bairro pesquisado.

¹³ Local onde se comercializa drogas ilícitas, também chamadas pelos moradores de “*lojinha*”.

4.2 - O bairro e a violência na percepção dos moradores

Quando indagados diretamente se consideram o bairro violento, apenas um, dos nove entrevistados, considerou o bairro muito violento. Para um, o local *“já foi mais violento, mas que ainda não está bom”*. Outro considerou que o bairro *“é violento, mas não muito”*. Seis entrevistados não consideram o bairro violento, porém percebi em suas respostas que associam violência a crimes como morte e estupro ou como diz um dos interlocutores, *“crimes bárbaros”*. Porém, quando indagados sobre fatores que geram violência no bairro, dos entrevistados que, a princípio não consideraram o bairro violento, citaram causas para a violência local: dois citaram as drogas como causa de violência; um relacionou a violência a associação dos fatores polícia e drogas e dois se referiram à polícia como causa da violência.

Os entrevistados que se referiram à droga como causa da violência, citaram o constante movimento na rua onde moravam, tanto daqueles que atuavam na biqueira quanto das pessoas que os procuravam para adquirir droga. Aqueles que residem próximo a biqueira, como é o caso destes entrevistados, sentem de forma mais acentuada a violência que envolve este tipo de negócio na periferia. Em 2013, quando efetuei pesquisa na biqueira do bairro, acompanhei o intenso movimento do local, principalmente, nos finais de semana. Verifiquei também ações policiais violentas e discussões entre os jovens que trabalham no tráfico, alguns sob o efeito da droga que comercializam – cocaína.

Para Feltran (2008), duas décadas de fortalecimento dos aparatos de violência, a entrada de armas pesada e a expansão do lucrativo mercado de drogas são algumas características da expansão do *“mundo do crime”* sobre o mundo social popular. Para o autor, estes mercados movimentam grande volume de recursos, dos quais somente uma parte mínima é apropriada pelas classes populares envolvidas nestes mercados. No entanto, a violência que segue estes negócios se acumula na ponta mais pobre destas redes. Assim, a expansão do *“mundo do crime”* causa no entorno destes negócios, práticas sociais que possuem a tendência de se diferenciar pela violência.

4.3 – Atuação da Polícia no bairro

O roteiro de entrevista utilizado continha diversas questões que indagavam a opinião dos entrevistados sobre os serviços públicos e condições do bairro. Iniciava perguntando sobre os serviços de saúde, educação, transporte público,

saneamento e limpeza e, num dado momento, efetuava a pergunta sobre o policiamento. Ao fazer a pergunta percebia uma mudança marcante na maioria de meus entrevistados. Se as primeiras perguntas eram respondidas sem grande interesse, sem pensar muito sobre como, de fato, estes serviços eram prestados, quando a palavra policiamento aparecia, até mesmo a postura corporal de meus entrevistados mudava, eles ficavam mais alertas.

Todos foram unânimes ao afirmar que o policiamento no bairro é nulo. Que a polícia não cumpre sua função de proteger a população. Oito dos nove entrevistados citaram o fato da polícia praticar extorsão no local. Quatro citaram a execução de um traficante e “irmão” do bairro por um policial civil devido à falta de pagamento de uma parcela de extorsão. Destes três se referiram à vítima como amigo e mantinham contato com o “*mundo do crime*” e/ou com “irmãos” Os demais não se referiram a nenhum exemplo específico.

As respostas de meus interlocutores esclarecem como, parte dos moradores, percebem a forma como a polícia age no bairro. Saliento que Lila, era amiga da pessoa executada, porém creio que, mesmo com todo o seu sentimento de revolta no momento em que concedeu a entrevista - cerca de 20 dias após a ocorrência deste episódio- seu depoimento, assim como o de Morena, traduz a situação local:

Polícia? A polícia só vem pra pegar dinheiro. Tem um policial aqui o Le Coq que ele mata. Está matando os outros sem merecer. Ele matou meu amigo, o Salamandra. Falo mesmo, só não vou dar meu nome nem meu endereço, mas falo mesmo. E ele matou por causa de dinheiro, hein? E tá matando meio mundo. Le Coq pode colocar ai, matou meu amigo por causa de dinheiro. Tá gravando? Pode gravar. Eu queria até botar na internet. [...] E ele falou que vai matar meio mundo de gente aqui. Ele é da delegacia de outro bairro, se ele é de lá está vindo matar aqui por quê? Eu não gosto dele. Ele matou meu amigo. Eu tô falando por que eu fiquei injuriada e tô injuriada. O cara tá matando todo mundo aqui por que? Ele falou que vai montar uma bicicle aqui... Como é? O negócio que arruma bicicleta? Pra matar os cara daqui tudinho. Que vai matar todo mundo. Ele é vagabundo, pilantra. Ele vem buscar dinheiro dos caras e se os caras não tem dinheiro... Ele matou o Salamandra. Ele matou o Salamandra porque tinha um outro devendo pra ele, não era o Salamandra que devia, o Salamandra morreu de graça, de gaiato. E ele atirou por trás das costas, ele atirou pelas costas. Ele atirou no cara por detrás, só que a família do cara vai pôr pra fudê com a polícia também viu? Ela está processando, é lógico. E esta peste está vindo aqui direto, está almoçando no bar do Português direto, viu? Fica rondando aqui de madrugada, pra que? Ele é pilantra. Se ele quiser me matar também pode me matar, mas vai matar uma mulher inocente, trabalhadeira. Ele só quer tirar o dinheiro dos caras. (Lila, 65 anos)

Tipo assim...Você está na frente da sua casa, a molecada brincando na rua e de repente aparece um monte de policial armado...Não respeita ninguém, vai apontando arma para os moleques na frente de todo mundo...tava todo mundo de boa, eles chegam aqui pra pegar os moleques da biqueira, mas não respeitam nem as crianças e é tudo pressão porque nem querem prender ninguém, é tudo dinheiro, só querem isso mesmo... no outro dia os moleques continuam ai, e a gente só escuta falar de quanto foi o acerto. Ou fazem como fizeram com o outro lá, com o Salamandra lá na rua do lixão, atiram no cara pelas costas e pronto. Mas assim, ele (o policial) vem pra cá atraído pelo dinheiro da droga, então por isso que eu falei a droga. A violência do bairro aumentou por causa da droga. Agora é tudo aberto, os caras

vende, usa tudo na frente de todo mundo, não respeita ninguém... A polícia faz a mesma coisa, extorqui na frente de todo mundo. Mata. Com os caras que vendem e que usam na frente de todo mundo eu posso até arrumar treta¹⁴, falar pra respeitar as crianças... Com a polícia? Quem é doido? (Morena, 31 anos)

Percebe-se onde se localiza a biqueira que a incidência de ações policiais violentas é muito maior, principalmente, por parte da polícia civil. Quando pesquisava o trabalho dos jovens no tráfico de drogas¹⁵ presenciei uma destas ações e a cadeia de violência que ela provocou. Numa sexta-feira, por voltas das 23h, fazia participação observante e conversava com os jovens que atuavam no tráfico local, meu posto de observação era uma barraca de lanches que se localizava na esquina onde ocorre o tráfico e onde os jovens que atuam na biqueira costumam comer. A noite estava agradável e havia várias pessoas circulando, inclusive crianças. De repente três carros civis com vidros escuros pararam, abruptamente, na esquina onde nos encontrávamos, quase atropelando as pessoas que transitavam pelo local. Dois jovens da biqueira trabalhavam naquela noite. Um deles estava ao meu lado. Eu estava sentada em um dos banquinhos da barraca e ele sentado na calçada conversando um morador que tomava cerveja na porta de um bar. O outro estava no meio da esquina, pois era sua vez de “servir” os clientes. Seis homens desceram dos carros empunhando armas automáticas. O jovem que estava na esquina fugiu. Os homens se aproximaram do jovem que estava sentado. Um deles se apresentou como delegado, outro foi até a roda do caminhão estacionado na esquina e pegou seis pinos de cocaína que os jovens haviam escondido. O delegado começou a gritar com o jovem, mandando levantar, enquanto outro policial o chutava e os demais lhe apontavam suas armas. O rapaz pediu pelo amor de Deus, disse que não tinha nada a ver com as drogas encontradas, mas o policial, que se identificou como delegado, disse que na hora do aperto todo vagabundo clama por Deus e que sabia que ele era traficante, que o haviam filmado vendendo droga. O suposto delegado, disse ao jovem que ele seria levado, mas que queria conversar com o gerente da biqueira. Mandou os homens levarem o jovem, chamou uma moça que estava tomando lanche na barraca e lhe entregou um cartão com número de telefone, dizendo para entregar para o Juca, pois eles queriam conversar. Juca era o gerente da biqueira. Foram embora levando o rapaz. A moça a quem atribuíram a incumbência de entregar o cartão sequer conhecia o gerente e ficou sem saber o que fazer. A dona da barraca, que já havia atuado no tráfico e conhecia o gerente, assumiu a responsabilidade de entregar o cartão. Passados vinte minutos do ocorrido, Juca apareceu no local. A dona da barraca lhe entregou o cartão com o telefone do policial e ele, em seguida, atravessou a rua junto com a dona da barraca e fez uma ligação de seu celular. Não pude ouvir a conversa, mas pelo relato da dona da barraca, soube que o delegado pediu 10 mil reais para liberar o garoto e que o gerente

¹⁴ Conflito, disputa, briga desentendimentos.

¹⁵ Etnografia realizada no período de março a junho de 2013, em um dos pontos de venda de drogas no bairro, com objetivo de apreender a percepção dos jovens sobre o trabalho no tráfico.

informou que 10 mil era muito, pois a “lojinha” não está dando muito lucro e a Polícia Militar estava indo ao local com frequência atrás de dinheiro. Sai do local extremamente abalada, preocupada com o que aconteceria com o jovem. No sábado voltei a “biqueira” para buscar notícias sobre o jovem e fui informada pela dona da barraca que ele havia apanhado muito da polícia, mas que havia sido liberado. Que após libertar o rapaz os policiais foram até a casa do gerente e pediram 10 mil reais em troca de não o levar preso. Como não tinha a quantia total para o “acerto”, Juca pagou 3 mil reais e acertou o pagamento do restante para a semana seguinte. Ao se despedir, o delegado teria dito a Juca que o jovem preso o levou até lá. Após a saída dos policiais, Juca foi atrás do rapaz. Ao pegá-lo jogou gasolina em seu corpo e, quando ia atear fogo, foi impedido por um “irmão” do bairro. No entanto, o rapaz foi mantido em um cativeiro e surrado por três dias. Após sair do cativeiro e se recuperar o jovem participou de um “*debate*” onde foi decidido seu afastamento do “*modo do crime*”.

Segundo informações colhidas em campo, estas “incertas” da polícia civil ocorrem com frequência, sendo realizadas por membros de delegacias que não possuem jurisdição sobre o bairro, pois a que é responsável pela área, assim como a Polícia Militar, recebe mensalmente “o *alvará*”, isto é, são pagos para garantir seu funcionamento.

Para Feltran (2008, 2010 e 2011) o modo como se dá repressão policial nas periferias caracteriza o tipo de gestão contemporânea da tensão latente nas relações entre a esfera legal e dos direitos e as periferias da cidade. Sendo que a mais rotineira são rondas realizadas por policiais que conhecem o território, onde estão localizadas as biqueiras, quem são os membros das “quadrilhas”, o nome e onde as pessoas moram e, muitas vezes, mantém acordos financeiros ilegais com o “*modo do crime*”. Este tipo de ação mantém o conflito latente e, as partes, em negociação direta ganham com isso.

O tráfico de drogas é um negócio altamente lucrativo e a área de varejo do tráfico, localizado nas periferias se torna uma fonte de renda líquida e certa para policiais corruptos. Estes policiais, respaldados por sua qualidade de representantes do Estado, acabam fazendo do bairro, em especial do negócio de drogas local, seu balcão de negócio pessoal e expondo a população a uma violência ainda maior. Neste sentido, a associação elaborada por Morena entre a violência do bairro e a presença da polícia, associada ao negócio de drogas ilícitas, reflete um quadro retratado por outros pesquisadores (FONSECA, 2000; FELTRAN, 2008, 2011; HIRATA, 2010).

Hirata (2010) ao tratar da questão policial relacionada à venda de drogas coloca que este comércio tende a permanecer constante, mesmo que se alterem os donos das biqueiras e que a ação policial nestes locais parece realmente ser motivada, principalmente, pelo lucro. Saliencia ainda, que afirmar que todas as operações policiais que ocorrem no entorno das biqueiras visa extorsão seria um exagero, porém todos os momentos de prisão na biqueira

que pode registrar durante sua pesquisa de campo foram acompanhados de negociação de pagamento aos policiais. Assim, conforme podemos ver, esta situação não é uma característica do bairro estudado, mas um problema que se verifica em todos os lugares onde o tráfico de drogas ou outra atividade ilícita altamente lucrativa está presente.

Entre o final de março e o final de abril de 2014, ocorreram dois homicídios no bairro, o relatado através da fala de Lila e o de um jovem de 21 anos que foi morto por um policial militar do qual este jovem havia furtado uma moto. O roubo ocorreu uma semana antes do jovem ser morto na frente de sua namorada. Nos dois casos, as vítimas eram jovens negros que pertenciam ao “*mundo do crime*” e foram praticados por policiais civis e militares que, segundo meus interlocutores, não praticaram estes atos em razão de sua função profissional, mas por vingança pelo roubo sofrido e por falta de pagamento de extorsão.

Este tipo de ação policial nas margens da cidade são cenas corriqueiras e tem sido objeto de diversos estudos. Levantamentos efetuados pelos repórteres André Caramante e Willian Cardoso para o jornal eletrônico Ponte¹⁶, utilizando dados do Centro de Inteligência, da Corregedoria e obtidos pela Lei de Acesso à Informação, revelam que as zonas mais pobres da cidade são os lugares onde mais ocorreram mortes durante intervenções policiais nos primeiros semestres de 2013 e 2014 e que a letalidade dos policiais militares de São Paulo cresceu 62% em 2014. De janeiro a junho de 2013, 269 pessoas foram mortas por PMs no Estado de São Paulo; no mesmo período de 2014, foram 434 – alta de 62%. Normalmente são casos em que os “*autos de resistência seguida de morte*” ou “*legítima defesa*” são usados para justificar a violência letal da polícia.

Apesar da família de Salamandra ter efetuado representação na Corregedoria contra o policial que o matou, até o momento de finalização desta pesquisa, Le Coq continuava circulando pelo bairro e ameaçando os jovens traficantes locais, reforçando, em parte dos moradores, a certeza da impunidade que cerca estes representantes do Estado.

4.5 - A chegada do Comando

De acordo com as informações de meus interlocutores, o Partido não surgiu abruptamente no bairro, disputando espaço e poder. Ao contrário, sua entrada se deu de forma gradativa, por meio de pessoas do bairro que já pertenciam ao “*mundo do crime*” e que, nas prisões, passaram a ser membros do Comando.

¹⁶ Disponível em: <http://ponte.org/policia-de-sp-mata-sempre-nos-mesmos-lugares-nos-mais-pobres/> e <http://ponte.org/pms-ja-mataram-62-a-mais-que-em-2013/>. Acessado em 10/09/2014.

Conforme já comentado, o bairro funciona como um “bazar metropolitano” (TELLES e HIRATA, 2007, 2010; HIRATA, 2010), onde se tornam incertas e indefinidas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, saídas de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas. De fato, há cerca de 20 anos, esta característica de bazar já existia, porém de forma mais velada e restrita. Naquela época, já existiam as biqueiras, chamadas de “*bocas de fumo*”, uma vez que a maconha era a droga mais conhecida e que a cocaína e o crack ainda não haviam chegado às periferias. De vez em quando se ouvia falar que um morador havia sido preso ou por tráfico ou por outro delito, normalmente furtos ou roubos. Porém, com o passar do tempo, as prisões se tornaram mais frequentes. A política adotada pelo Estado, priorizando o encarceramento de praticantes de pequenos delitos e, principalmente, de pequenos traficantes, elevou o número de moradores do bairro mandados para as prisões.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho lança boa parte da população jovem das periferias ao trabalho informal e, outra parcela, ao trabalho ilegal, como o tráfico de drogas.

No Brasil, a primeira lei que visou o controle de drogas foi editada em 1921, nos moldes do proibicionismo americano. As leis editadas em 1968 e 1971 seguiram o mesmo caminho. Em 1976 a Lei nº 6.368, Lei de Tóxicos, instituiu definitivamente as figuras do *traficante*, como criminoso que deve ser punido com rigidez, e do *usuário*, como indivíduo incapaz que deve ser encaminhado para tratamento. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.343/06, que criminalizou o consumo e a comercialização, embora em graus diferentes: o usuário passou a ser punido com pena socioeducativa e o traficante, teve sua pena aumentada para reclusão de 5 a 15 anos. Segundo o projeto “Tecer Justiça: repensando a prisão provisória”, desenvolvido pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e pela Pastoral Carcerária, com apoio da *Open Society Foundation*, esperava-se que a proibição da prisão de usuários diminuísse o número de encarceramento devido a drogas, mas isso não aconteceu. De acordo com pesquisa realizada pelo projeto, em 2006, havia no país cerca de 41 mil pessoas presas por tráfico. Em 2012, este número passou para 127 mil. Em São Paulo, o número de homens presos por crimes de drogas passou de 17 mil no final de 2006 para cerca de 50 mil em junho de 2012.¹⁷

Desde o início da proibição das drogas, as atividades de produção e venda destes produtos, principalmente nas zonas periféricas, ficaram a cargo de indivíduos postos à margem do sistema capitalista. São estes excluídos que, na maioria das vezes, passam a trabalhar no comércio de drogas, como um meio de fugir da pobreza e se inserir na sociedade por meio do consumo.

¹⁷ Informações sobre o projeto e relatórios de pesquisa podem ser encontradas em: <http://www.tecerjustica.com.br/>. Acesso em 15/09/2014.

Com o surgimento e consolidação do PCC e com a disseminação de seus ideais dentro das prisões, os moradores da “*quebrada*” que se encontravam presos passaram a ter acesso aos seus ideais, em que pese que, num primeiro momento, possam não ter aderido ao Comando, de alguma forma passaram para seus visitantes ou “*camaradas*” quando estavam nas ruas ou durante as visitas, notícias sobre o que ocorria dentro das prisões. Assim, aos poucos, a quebrada passou a ter conhecimento sobre o PCC e de sua ideologia através de pessoas do bairro com as quais mantinham vínculos e, não apenas, por meio dos meios de comunicação em massa.

Biondi (2009) chama atenção para as relações dos presos nos Centros de Detenção Provisória (CDPs), chamados pelos membros do PCC de “*faculdades*” por serem locais de formação de novos membros e simpatizantes. Heterogêneos em sua composição, os CDPs abrigam tanto presos que já estão cumprindo pena há muito tempo quanto aqueles que estão aguardando julgamento de seu delito em reclusão. Biondi afirma que estas relações são marcadas por processos de subjetivação que visam formar os novos membros deste universo como “*primo*” - aquele que “*corre lado a lado*” com os membros do PCC e apesar de não serem batizados seguem sua “*disciplina*”, além de ter proceder e respeitar o código de conduta que orienta o “*mundo do crime*” - ou como “*irmão*”, após este ser considerado como de respeito e de ter ganho o reconhecimento pelos membros do Comando.

Em 2011, quando realizei minha primeira pesquisa sobre o PCC, conversei com um rapaz que foi dono de biqueira no bairro e, no final dos anos 1990, aguardou julgamento por tráfico em um CDP. Na prisão este jovem foi convidado a integrar o Comando, mas segundo ele, não aceitou o convite. Sua recusa não se deu por ele discordar da ideologia e da “*disciplina* do Partido, mas por ser pai. Como ele relatou: ser “*irmão*” é colocar o PCC em primeiro lugar. Ele não estava preparado para isso. Para ele, o PCC foi e é fundamental para manter condições mínimas de convivência pacífica dentro do sistema penitenciário. Antes do PCC, os presos, principalmente os primários, estavam fadados a sofrer violências, inclusive sexuais e tinham que pagar por um espaço no xis (cela). Para evitar ser vítima de violência ou exploração o novato tinha que mostrar ser “*sujeito homem*” e “*trocar facas*”, se fosse preciso, para defender sua honra ou sua vida. Aqueles que não tinham conhecimento da vida prisional acabavam sendo vítimas de violência, quando não encontravam um preso mais antigo que os orientava sobre o proceder na cadeia, pois lhes faltava malícia sobre o que é a vida no sistema. Este rapaz não se tornou um irmão, mas se tornou um “*primo*” e, ao ser liberado, manteve relação com os “*irmãos*” que conheceu na prisão e alguns passaram a frequentar sua casa. Hoje, mesmo não sendo “*irmão*” e não atuando mais no tráfico, goza do respeito dos membros do Partido e é chamado a auxiliar nos “*debates*” que ocorrem no bairro.

O caso do atual “*disciplina*” do bairro também mostra esta mesma dinâmica. Narciso era o dono da biqueira, buscava solucionar os problemas do bairro e de seus moradores. Ao ser preso, se tornou “irmão”, e como já exercia certa função política no bairro, passou a ser o “disciplina”, conforme pode ser verificado na fala de Morena:

Quando o disciplina tava na rua tinha mais respeito, ou melhor, não quando ele estava na rua, mas quando ele morava aqui, tinha sim, era mais respeito... Nossa, era muito respeito. Se chegasse nele pra falar qualquer coisa, ele resolvia, mesmo não sendo “irmão”, ele resolvia. Nessa época ele nem era irmão ele só traficava, era o dono da biqueira. Ele virou “irmão” depois que foi preso. Só virou irmão quando foi preso. (Morena, 31 anos)

A fala de Kátia sobre a segurança do bairro, também demonstra que a dinâmica de “proteção” dos moradores do bairro por pessoas ligadas do “*mundo do crime*” já existia antes mesmo do PCC:

Ali, eu era protegida pelos meninos da viela, da boqueira, entendeu? Eu era protegida. Eles falavam assim, qualquer coisa você dá um toque. Eu não tenho vergonha de falar. [...]. Uns falam disciplina... Oh, eu acho que ninguém mexe com a gente, porque o povo aqui, como lá em cima, onde eu trabalhei 25 anos, tinha a boqueira e tem até hoje e aqui também tem. [...] O pessoal não deixa acontecer nada, é isso. Os meninos não deixam acontecer nada no bairro, todo mundo sabe, todo mundo conhece as regras. A gente toma cerveja, conhece todo mundo e eles conhecem todo mundo. (Kátia, 54 anos)

Aos poucos, parte dos moradores do bairro ligados ao “*mundo do crime*” passou a conviver com a ideologia e se tornou membro do PCC, ocorrendo assim à inserção do Partido na rotina do bairro.

4.4 - O PCC no bairro

Mesmo empregando roteiro de entrevista que não fazia qualquer menção ao PCC, este esteve presente nas respostas da maioria de meus entrevistados. Desde o mais novo de meus entrevistados, Felipe, 20 anos, quanto a mais velha, Dona Jurema, 65 anos. Todos, cada um a seu modo, fizeram referência ao Comando:

Ninguém pode fazer assim o que quer né, se fizer tem que responder, é a disciplina. Se não seguir os cara vão atrás memo. (Felipe, 20 anos)

Meu filho começou a usar essas porcarias (drogas)... Gastava o dinheiro dele todinho com isso. Ele conhecia aqueles dois irmãos que ficaram ai um tempo, sabe? Que são gêmeos iguaizinhos? Eles falaram que meu filho não pagou essas porcarias e queriam bater nele... Meu filho bebia muito também, nesse dia ele tava alto e foi aqui na frente que eles vieram falar com eles, meu filho disse que não tinha nada devendo e os menino falavam que tinha... [...] ai um deles empurrou meu filho que bateu no portão e foi pra bater nele e o outro veio pra cima. Comecei a gritar... [...] Meu vizinho saiu e tentou ajudar, conversar. Ai, por Deus, chegou o moço que traz essas porcarias pra eles vende e mandou todo mundo ficar quieto que as coisas não se revolviam assim não. Eles pararam, mas meu filho noutro dia teve que conversar com os bandidos lá de baixo. Ele não apanhou nem nada, mas falaram para ele parar, que ele não ia mais comprar essas porcarias mais lá não. [...] Ele nem mora mais aqui, foi morar com o sogra dele. Mas é tudo culpa de quem? As drogas ficam aqui na nossa porta, não respeitam nem a igreja... Outro dia saindo da missa vi esses meninos pegando droga no cano da igreja,

aquele do muro. Nem a casa de Deus ninguém respeita mais. Por isso que fica assim esses carros subindo e descendo, a gente vendo a hora de um droguero desse atropelar uma criança. Nem deixo minhas netas brincar na calçada, tenho medo dos drogueros e desses “irmãos” ai, eles não são de Deus não, fia. Onde nós chegamos? Eles vendem droga na frente da nossa casa e a gente ainda, pra ninguém machucar nossos filhos, ainda tem que falar com esses moços que são o que minha filha? São gente do bem? (Dona Jurema, 65 anos)

Tem os “irmãos” ai, mas depois que o cara lá foi preso parece que tá tudo meio assim... Solto. Como já disse, não quero saber disso não, os caras põe ordem ai do jeito deles, respeito e tal, mas não quero saber muito não, sabe como é? (Matias, 25 anos)

Apesar do Partido estar presente na resposta da maior parte dos entrevistados, a opinião sobre a presença e atuação do Comando no bairro não é unânime. Há quem credite a segurança do bairro a ação dos “irmãos”, e há quem não acredite mais na segurança promovida pelo PCC, que sentem que o bairro está abandonado, desde que o disciplina foi preso e não foi substituído, permanecendo como “responsável” pelo bairro mesmo estando detido e, há ainda aqueles que como Dona Jurema, consideram que os “irmãos” “*não são de Deus*”, mas que convivem com eles, não sem tensões, em seu dia a dia.

A forma como o Partido atua no bairro também se alterou. Se, no início, os “irmãos” eram mais influentes e zelavam de forma mais efetiva sobre o que acontecia no bairro, segundo alguns moradores isto tem mudado.

O pessoal fala que os “irmãos” põem ordem aqui, eu não acho isso não, eles já apitavam, mas agora está tudo bagunçado. O pessoal usa droga no meio da rua, faz bagunça de madrugada, som de carro alto altas horas na rua, então não tem respeito aqui. Não tem essa... Ainda mais porque o disciplina não está aqui, foi preso. E ele continua sendo o disciplina preso, só que tem outras pessoas aqui que falam em nome dele, mas ele é o disciplina. Eu não acredito mais nessa coisa de respeito de irmão não, porque aconteceu tantos assaltos como aconteceu aqui... Um dia roubaram o tênis do meu primo ele chegando da balada, colocou a chave no portão e o cara chegou de moto e roubou o tênis dele que ele pagou mil reais, tinha acabado de comprar... Então filha, aconteceu isso e ninguém foi atrás... Já ouvi dizer que roubaram carro ai e ninguém foi atrás, nada foi feito. (Morena, 31 anos)

A fala de Morena traduz falas que ouvi em minhas incursões pelo bairro. Moradores, principalmente os mais jovens, dão a entender que o PCC deixou o bairro à mercê de sua própria sorte. É interessante notar que, assim com Morena, ao falar do PCC exigem do Partido uma postura mais ativa sobre questões que são, inerentemente, funções do Estado, não apenas relativas a segurança, mas também quanto a utilização do espaço público. No entanto, se numa avaliação rasa podemos considerar que isso ocorre devido à ausência do Estado, ao aprofundarmos a observação percebemos, não ser esta a razão. O Estado nunca esteve tão presente na periferia, seja por meio de coleta de lixo, sistema de transporte, unidades básicas de saúde, hospitais, bancos públicos, saneamento básico, etc. No entanto, a força do Estado que a população mais sente é de seu braço armado, por meio da atuação da polícia civil e militar.

5. A Transcendência

Como já mencionado, Biondi (2009) ao analisar a atuação do PCC nas prisões elaborou o conceito de transcendência. Para a autora, a existência do PCC depende das manifestações individuais de seus membros, porém simultaneamente, ativa processos de desindividualização em seu interior, separando-se dessas manifestações, assim sua existência é transferida para um plano transcendente, que a exime de laços territoriais; o que explica porque o PCC pode estar presente mesmo onde não há “irmãos”. Para a autora, o PCC, não se restringe à soma de seus membros e sua existência não está vinculada a territórios específicos. Ele é construído continuamente e operado nas relações estabelecidas, ao mesmo tempo em que produz relações, intensifica a sua própria construção.

A existência do PCC no bairro, assim como na prisão, ao longo do tempo, passou a ser produzida continuamente por “irmãos”, “primos” ou mesmo por moradores que não pertencem ao “mundo do crime”.

Num episódio ocorrido em campo esta questão ficou muito patente. Em um churrasco no bairro, encontrei Felipe um dos jovens entrevistados e sua família. Felipe estava com um amigo de cerca de 20 anos, bastante falante, que se enturmou rapidamente com todos. Por volta das 18h horas a mãe de Felipe me chamou para ir à sua casa que era ao lado do local onde ocorria o churrasco e ao chegar lá relatou que havia flagrado o amigo de Felipe furtando um celular e que ao questioná-lo e pedir o celular, ele devolveu um celular dourado, porém ela o havia visto pegar um celular preto. Ao pressioná-lo ele devolveu também o preto, mas que tinha certeza que havia outros aparelhos em seu poder e que estava preocupada das pessoas que estavam no churrasco perceberem o que estava acontecendo e isso gerar confusão. Estava também bastante chateada, pois o rapaz só havia sido convidado por estar com seus filhos. Ela chamou o marido e explicou o que estava ocorrendo e este pediu a Felipe e seu irmão mais velho que conversassem com o amigo e verificassem se ele estava com outros aparelhos. Os rapazes chamaram o amigo para rua e explicaram que este havia sido convidado para o churrasco por consideração que a dona da casa tinha por eles; que o amigo estava comendo, bebendo e sendo bem recebido por todos e que “pisou na bola”, então era melhor ele devolver os aparelhos que havia furtado e que isso seria resolvido sem problemas. O amigo disse que não havia pegado nada, que a mãe dos garotos o estava estranhando, pois ele não faria isso. Os jovens insistiram que ele entregasse os celulares e ele continuava insistindo que não havia pegado nada. Os jovens falaram:

Tudo bem. Vamos ligar para os caras lá de baixo e você se resolve com eles, nós estamos tentando evitar isso, mas você sabe que se chamarmos os “irmãos” vai sujar para o seu lado,

porque eles não vão aceitar sua atitude, você não “tá correndo pelo certo”¹⁸ e sabe disso. (Felipe, 20 anos)

Sabe o que vai acontecer quando contarmos para eles que você foi bem recebido na casa da vizinha e que roubou lá dentro? Você sabe, não? (Júlio, 25 anos)

Ao ouvir os rapazes falarem de chamar os caras da rua de baixo, o amigo ficou incomodado e começou a mexer nos bolsos da calça bastante larga que estava usando. Visivelmente nervoso, deixou cair um pino de cocaína. Ainda tentou dizer que não tinha furtado nada e Felipe fez menção de fazer uma ligação no celular. Ao perceber a intenção de Felipe, o amigo, imediatamente, entregou mais dois celulares que estavam em seus bolsos. Os rapazes disseram que não fariam nada para ele naquele momento, pois ele estava “*muito louco*”, mas que conversariam depois. Mandaram o amigo embora e ele saiu pedindo desculpas. Nota-se que a simples menção dos “*caras lá de baixo*” fez o amigo mudar de ideia e entregar os celulares.

Isso confirmou minha hipótese de que apesar dos jovens não pertencerem ao “*mundo do crime*”, conheciam os mecanismos para acionar os “irmão” e que o Comando é, realmente, uma instância utilizada pelos moradores para resolver disputas locais. Mas também confirmou que não há necessidade da presença de um irmão para que o PCC funcione como mediador de conflitos no bairro, pois neste momento, é a transcendência do PCC que opera.

6. “Igualdade” e dinamismo da “disciplina”

Com a quebra da estrutura hierarquizada e instauração do princípio de igualdade, todos aqueles que seguem a disciplina do Partido passaram a ser iguais, não podendo haver relação de subordinação entre eles. Para Marques (2010, p. 333), a adição do princípio da “*igualdade*” ao lema do PCC deu início a um “Comando sem comando”. Para o autor, os membros do Comando ou “*primos*”, “não obedecem uns aos outros, mas, antes, permanecem na ‘mesma caminhada’, ou, dito de outro modo, são ‘do crime’ (‘têm proceder’ e se orientam pelos ‘valores do Comando’)” (idem).

Segundo Biondi (2009), a partir da inclusão do princípio de “*igualdade*” no exercício político do PCC, a ocupação de posições políticas como “*piloto*”, “*disciplina*” ou “*torre*”, passou a não depender de seus ocupantes e serem exercidas de forma transitória por qualquer “irmão”. O que legitima este exercício político por um irmão, não é uma relação de comando, mas o respeito pela sua habilidade de negociação.

¹⁸ Não agir de acordo com o comportamento esperado pelo mundo do crime, por meio do qual será avaliado.

Santiago, membro do PCC e irmão do “*disciplina*” do bairro, foi um de meus interlocutores. Dias após me conceder entrevista, relatou que quando o entrevistei e perguntei sobre a segurança do bairro ele disse que a segurança do local havia melhorado devido à “*igualdade*”, mas que a questão é que o Comando cuida da área. Ele me relatou que nem todos aceitavam a “*disciplina*” do Comando, que muita gente não a respeitava e preferia os “vermes” (polícia) que chegam ao bairro barbarizando, matando e extorquindo, mas que o Partido tem tentado colocar certa ordem. Disse também que antigamente, as pessoas envolvidas com o crime no bairro vizinho vinham matar os desafetos do bairro; que havia disputa pelos pontos de droga e que além de muita gente morrer, a população do bairro sofria, era assaltada e ficava no meio da “*treta*” dos caras. Que o Comando com a “*disciplina*” só quer colocar certa ordem, evitar que as pessoas sofram sem dever e tornar a “*quebrada*” mais tranquila para se viver, porque pobre já sofre demais. A mãe de Santiago ouvia tudo encostada na pia e balançava a cabeça concordando com sua fala. Ele continuou, dizendo que hoje os moradores podem andar tranquilos na rua sem ter tanto medo quanto tinham antes. Colocou que o objetivo do comando é a “*paz*” e a “*igualdade*” e que esta questão da “*igualdade*” realmente é verdadeira, que buscavam a igualdade entre todos.

Essa questão me remeteu a Dias (2011) e ao seu argumento de que o controle do Comando se dá na forma de um consenso imposto, de certo absoluto que não admite dúvida, hesitação ou discordâncias e que a “*igualdade*” foi a forma encontrada por Marcola para encobrir que a hierarquia e a violência continuam existindo na “*disciplina*” do Comando. Não tenho como determinar qual a real intenção de Marcola ao acrescentar a palavra igualdade ao lema do Comando – Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade - e para minha pesquisa o relevante é apreender como meus interlocutores percebem o PCC e suas relações. Para este membro do PCC, assim como para sua mãe, uma senhora de setenta e quatro anos, de fato o Partido defende a “*igualdade*”.

Entre os jovens, tanto aqueles que atuam no “mundo do crime” quanto os que não participam de atividades ilegais é frequente o uso do termo “de igual”, que, segundo Biondi (2009), é usado entre os presos para invocar o princípio de “*igualdade*”. É comum em ocasiões em que estão reunidos nas ruas, com seus carros equipados com potentes aparelhagens de som tocando funks diferentes ao mesmo tempo, um jovem insistir para o outro abaixar ou desligar o som de seu carro para que a música que toca no outro possa ser ouvida com maior clareza. Neste momento, é como se disputassem para mostrar quem possui o carro com melhor equipamento e, não raro, surge certa tensão. Em um destes momentos, presenciei esta tensão ser eliminada, simplesmente por um jovem gritar para

outro: “*Oh maluco, aqui é “de igual”*”. Como se quisesse lembrar que possuíam direitos iguais.

Santiago, ao falar do princípio de “*igualdade*” relata situações que evocam paz, rompimento de disputas. É como se, ao lembrar ao outro que são iguais, com mesmos direitos e mesma “*caminhada*”, a disputa passasse a não ter mais sentido, pois se um deles a mantiver, se colocará acima do outro e perderá a condição de igual. Perderá a “*humildade*” que é uma das principais qualidades daquele que tem “*proceder*”. No caso dos jovens observados, percebemos que o princípio de “*igualdade*” do Comando tem sido assimilado por moradores que não pertencem ao “*mundo do crime*”.

Para meus interlocutores, a “*disciplina*” do Comando não é estática, mesmo a forma de interpretar o estatuto se altera se adéqua ao tempo, a realidade vivida, por meio de decisões por consenso emitidas através dos “*salves*” ou dos “*debates*”. Como exemplo destas mudanças me foi contado o seguinte caso ocorrido no bairro: um “irmão” do PCC, ao sair em liberdade voltou para casa e descobriu que, quando estava preso, sua esposa manteve um caso com outro homem, que também era membro do Comando. De acordo o estatuto e com as regras do “*mundo do crime*” esse tipo de desrespeito ao “irmão” é passível de morte; “*talarico*” (aquele que cobiça ou conquista a mulher do próximo) fatalmente morre. No entanto, de acordo com a “*disciplina*” do Comando, não pode haver morte sem que esta decisão tenha sido tomada por consenso, por meio de “*debate*”, assim o homem traído buscou o “*disciplina*” do bairro e explicou o ocorrido, solicitando licença para matar o traidor. Foi instituído “*debate*” para decisão do caso, sendo chamados a participar o homem traído, o traidor, a esposa e testemunhas. O debate durou um fim de semana e ao final chegou-se a seguinte decisão: o marido traído teria licença para matar o traidor, desde que também matasse sua esposa, pois no entender dos “irmãos” que atuavam no “*debate*”, o traidor era culpado de “*talaricagem*”, não respeitou a mulher do “irmão”, foi um “*safado*”, porém a mesma culpa que recaia sobre o traidor, também recaia sobre a mulher. Ela também não respeitou o marido, ela também foi “*safada*”. Ao ouvir a decisão, o traído argumentou que não concordava com ela, pois a mulher era mãe de seus filhos, que ele a amava e que não seria capaz de matá-la, pois seu coração estava envolvido na questão. Diante deste argumento, lhe foi colocado que ou ele matava os dois, ou não matava ninguém, pois não seriam usados dois pesos e duas medidas para a questão. O traído decidiu manter a esposa viva, sendo advertido pelos “irmãos” que, caso ocorresse algo com o traidor, mesmo que não fosse por suas mãos, seria responsabilizado e pagaria pelo ocorrido. Assim, o “*talarico*” saiu incólume dessa questão.

A situação relatada demonstra que ao analisar a dinâmica e a “disciplina” do PCC não podemos falar em termos de um certo absoluto. Talvez, um dos fatores que permita ao Comando manter sua hegemonia no “*mundo do crime*” e ampliar a legitimidade, junto à parte dos moradores da periferia, seja justamente, sua capacidade de se adaptar a novas realidades e situações. Seja independente do motivo, a valorização da “*igualdade*” e a quebra das relações brutais de mando e submissão. Seja, como disse um de meus interlocutores, a troca da violência pela inteligência.

7. Considerações Finais

No decorrer da pesquisa pude constatar que o PCC está inserido no bairro estudado e mantém diversos tipos de relações com seus moradores. Os dados recolhidos demonstram que alguns membros do Comando que atuam no local nasceram ou cresceram no bairro e são ligados aos moradores por laços de parentesco, geracionais, de solidariedade e de amizade. São parentes, amigos de escola, vizinhos e também “irmãos”. Sua entrada para o Comando não os afastou das antigas relações, elas permanecem, porém junto com elas, há todo uma rede de relações ligadas Partido.

Parte dos moradores do bairro, não efetua uma separação entre “*peças de bem*” e o “*mundo do crime*”. Ao “sobreviver na adversidade” (TELLES E HIRATA, 2007, 2010; HIRATA, 2010) aprenderam a transitar entre as normas do Estado e a “*disciplina*” do PCC e a acionar aquela que melhor se adéqua a cada caso. No entanto, aparentemente, esta situação não pode ser generalizada, há indícios que em bairro vizinho as relações dos “irmãos” com os moradores apresentem constantes tensões e desequilíbrios. O que demonstra que não é tarefa fácil apreender o que é o PCC e como ele atua nos territórios onde está presente.

Os achados demonstram que o conceito de transcendência definido Biondi (2009) ao estudar o Comando nas prisões, também está presente no bairro estudado. Em que pese, que o PCC tenha se estabelecido no bairro através de moradores que pertenciam ao “*mundo do crime*” e passaram a integrá-lo nas prisões, as dinâmicas segundo as quais políticas são operadas localmente, acionam processos de desindividualização que resultam na construção de sua transcendência mesmo por moradores do bairro que estão fora do crime.

Quando iniciei esta pesquisa acreditava que, ao estudar as relações do PCC fora dos muros prisionais, me depararia com dinâmicas diferentes das já constadas pelos pesquisadores que estudaram o Partido no ambiente das prisões, entretanto passo a refletir se, de fato,

esta diferença existe, pois estes dois universos se encontram, se “*juntam e se misturam*” (Biondi, 2009) cada vez mais.

Na visão da maioria dos entrevistados a polícia é corrupta e sua atuação não visa proteger a população. Para uma parte, ela também é a causa da violência verificada no bairro. As ações da polícia no bairro são o reflexo da forma como o Estado gere a população da periferia, destituindo-a de cidadania e direito. No bairro pesquisado, a decretação de “vida nua” (AMGABEM, 2002), não é uma possibilidade, é uma realidade.

Convivendo com alguns moradores e entrevistando outros, percebe-se que o princípio de “*igualdade*” do Comando, associado à forma repressora como o Estado efetua a gestão da população das periferias, tende a aproximar uma parcela desta comunidade ao Partido, principalmente, os mais jovens que evocam com frequência este princípio.

Apesar de toda luta empreendida pela sociedade civil visando assegurar a cidadania como participação política e garantia de direitos para a classe trabalhadora marginalizada, a política adotada por nossos governantes ou tratam esta população como miserável, incapaz de garantir a própria subsistência e de gerir a própria vida - necessitando da gestão da classe dominante - ou como classe perigosa que precisa ser contida. No entanto, seja qual for a visão adotada, a solução encontrada pelo Estado é sempre a mesma: controle, disciplina e, no extremo, a violência, o encarceramento e a morte. Assim, não surpreende que parte dos entrevistados se identifique com os membros do PCC e reproduza sua ideologia, mesmo que isso coloque sua vida sob a gestão do “*mundo do crime*”. Afinal, para eles, as normas estabelecidas pelo Partido não os excluem. Teoricamente, perante o Comando todos são iguais, todos possuem os mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas normas. Todos, num momento de debate, podem expor sua opinião e ter uma participação efetiva na condução de uma tomada de decisão.

Ao final, permaneço com mais dúvidas do que certezas. Há ainda mais inquietações acerca das relações do Comando com os moradores locais do que tinha ao elaborar o projeto de pesquisa. Chego ao final cheia de dúvidas: Quais critérios permeiam a maleabilidade de aplicação da “*disciplina*” do Comando no bairro? Há diferenças entre o bairro e a prisão no que tange ao processo de desterritorialização da identidade? Qual sua relevância em cada contexto? A quebrada realmente foi abandonada pelos irmãos? Em caso afirmativo, o que provocou este abandono? Quais são as relações que os jovens do bairro, que não atuam no “*mundo do crime*”, travam com o PCC? Quais as implicações desta proximidade?

Como inquietações, perguntas e dúvidas é o que move o saber científico, o que me resta é continuar buscando um maior entendimento sobre objeto em questão.

8. Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002,

BIONDI, K. Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009.

BIONDI, K.; MARQUES, A. Memória e Historicidade em Dois “Comandos” Prisionais, Lua Nova, São Paulo, 79:39-70, 2010.

DIAS, C. C. N. Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Sistema Carcerário Paulista e a Nova Configuração do Poder. I Seminário de Sociologia e Política UFPR 2009, Sociedade e Política em, Tempos de Incerteza, Grupo De Trabalho 4 Cidadania, Controle Social E Migrações Internacionais, Paraná, 2009.

_____. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Tese de doutorado. Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Sociologia – USP-SP, São Paulo, 2011.

FELTRAN, G. S. Vinte Anos Depois: A Construção Democrática Brasileira Vista da Periferia de São Paulo. Lua Nova, São Paulo, 72:83-114,2007, pp.84-114.

_____. **Fronteiras da tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo.** Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 2008.

_____. **Crime e Castigo na Cidade de São Paulo: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo.** Caderno CRH, Salvador, v.23, n58, pp.59-73, Jan./Abr. 2010.

_____. **Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo.** In: **São Paulo: Novos Percursos e Atores: sociedade, cultura e política.** (Org.) Lúcio Kowarick e Eduardo Marques São Paulo: Ed. 34/ Centro de Estudos da Metrópole, 2011, p. 347-373

_____. **Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo.** (1992 – 2011). Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v.n 6, número 2, p. 232-255. Agosto/Setembro 2012.

FONSECA, C. Família, fofoca e honra. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. (a consultar).

HIRATA, D. V. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado em Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JOZINO, J. Cobras e Lagartos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARQUES, A. Crime e proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **“Liderança”, “proceder” e “igualdade”:** uma etnografia das relações políticas do Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, 14 (2), pp. 311-335, Centro em Rede de Investigação em Antropologia – CRIA Lisboa, Portugal, 2010.

TELLES, V.; HIRATA, D. V. Cidade e Práticas Urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados*, 21(61), pp.173-191, 2007.

_____. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo.** *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.22, n.2, pp.39-58, São Paulo, 2010.

TELLES, V. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas periferias da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, Vol. 2, nº 5-6, Jul/Ag/Set/Out/Dez 2010. P. 97-126.

WACQUANT, L. *Corpo e Alma - Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe.* Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

ZALUAR, A. “Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais”. *Revista MANA* 15(2): 557-584, 2009.